

Trauma e reparação nas memórias dos veteranos da FEB

Patrícia Ribeiro*

Resumo:

O trabalho tem como principal objetivo discutir a eficácia das políticas de memória adotadas com a intenção de promover uma reconciliação entre os veteranos da FEB e seu passado sensível. A inegável carga traumática presente nessas memórias decorre não apenas das experiências no front de batalha, mas, especialmente, das vivências no pós-guerra. Dentre elas, figura com destaque o episódio de desmobilização das tropas. A discussão sobre as políticas de memória se apresenta, então, como fundamental para investigarmos o debate que se trava atualmente no campo das memórias sobre a participação da FEB na II Guerra Mundial. A extensa - ainda que tardia - legislação em benefício dos ex-combatentes, as cerimônias em sua homenagem e a construção de monumentos que comemoram a FEB foram os primeiros passos no caminho dessa reconciliação, embora, ao que tudo indica, não tenham sido capazes de cumprir plenamente essa tarefa.

Palavras-Chave: Memória – Trauma – Reparação

Abstract:

This work aims at the discussion of the efficiency of memory policies adopted with the intention of promoting reconciliation between the veterans of FEB and their tender past. The undeniable burden of trauma that exists in these memories is a consequence not only from the battle front experiences, but especially from their after-war living. Among those, the demobilization of troops plays a special role. The discussion about memory policies, then, turns to be fundamental for investigating the debate going on today in the field of memories about the participation of FEB in World War II. The extent - even if late - legislation for veterans, the ceremonies in their honor and the construction of monuments that celebrate the FEB were the first steps in the path to reconciliation, although, as evidences indicate, were not enough to fully accomplish this task.

Keywords: Memory – Trauma - Reparation

* Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais do CPDOC - FGV/RJ, no qual desenvolve pesquisa, com auxílio financeiro da FAPERJ, sob orientação da prof^a Ângela de Castro Gomes.

*A vida não é a que a gente viveu, e sim
a que a gente recorda, e como recorda para contá-la.*

Gabriel Garcia Márquez

Inspirada no pensamento do renomado escritor colombiano, começo esse texto contando a história de um episódio que não aconteceu e, principalmente, de como a sua não realização adquiriu, de maneira paradoxal, extrema centralidade no presente trabalho. O não-fato representa aqui um sinal de resistência e definição de posição num campo de memórias inaugurado no pós-segunda guerra e ainda hoje em disputa.

Em junho de 2009, participei do *I Seminário de estudos sobre a FEB* – realizado no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio do Janeiro (IFCS/UFRJ) em parceria com a Universidade Estadual de Londrina (UEL) – levantando hipóteses sobre os possíveis impactos do fechamento da *Casa da FEB*¹ na preservação da memória dos veteranos brasileiros que lutaram na Itália durante a II Guerra Mundial. O interesse no tema foi despertado pelas notícias que vinham circulando, desde fins de março de 2008, nos órgãos de imprensa e na rede mundial de computadores² de que a *Casa da FEB* teria que fechar suas portas em janeiro de 2009. Após 65 anos do término da II Guerra Mundial, o acelerado processo de dilaceração do grupo, já em idade avançada, a maioria entre 80 e 90 anos, representa uma ameaça permanente à manutenção da memória que desejam preservar através de suas associações. Principalmente nos últimos dez anos, uma preocupação constante entre eles tem sido: o que fazer com as associações de veteranos, principais lugares de guarda dessa memória, quando os últimos associados morrerem? Em 1996, quando fiz minhas primeiras visitas³ à *Casa da FEB*, essa dúvida já era motivo de angústia entre os associados e com o tempo ela só se agravou.

De acordo com a ata da Assembléia Geral da associação realizada no dia 30 de abril de 2008, a *Casa da FEB* foi fechada em virtude de sua exaustão financeira, decorrente do envelhecimento e conseqüente drástica redução do seu Quadro de Associados, e, principalmente, de não haver recebido qualquer ajuda financeira dos Poderes Públicos da República⁴. Enfim, depois de muitas tentativas para manter a *Casa da FEB* aberta, sua direção decidiu dispensar os funcionários no final de maio de 2008 e suspender, temporariamente, a partir de 1º janeiro de 2009, suas atividades, mantendo apenas, no mínimo necessário, o funcionamento da secretaria, tesouraria e contabilidade. A expectativa era de que, nos próximos meses, fosse possível encontrar alguma solução para os problemas que a associação vinha enfrentando. Ainda no final do mês de janeiro, uma parte do problema parecia estar resolvida. Depois de longo processo de

¹ Também conhecida como Associação Nacional de Veteranos da FEB (ANVFEB/RJ), localizada à Rua das Marrecas nº 35, Lapa, RJ.

² Disponível em <<http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL463446-5601,00-ex-combatentes+da+FEB+fecham+museu+e+associação.html>>. Ver também <<http://www.veteranos.org.br/>> e <<http://cobrafumando.wordpress.com/2008/12/29/o-fim-da-anvfeb-depois-de-45-anos/>>. Acesso em 16 jun 2009.

³ Durante minha pesquisa de mestrado recorri à *Casa da FEB*, com o objetivo de reconstruir, sob orientação da profª Ângela de Castro Gomes, a história da memória dos ex-combatentes da FEB através de entrevistas de história de vida. (RIBEIRO, 1999).

⁴ Disponível em <<http://www.anvfeb.com.br>>. Acesso em 18 jun 2009.



negociação⁵ entre a diretoria da associação e o Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX), foi comunicada, em 27 de janeiro de 2009, a transferência do acervo da *Casa da FEB* para o Museu Militar Conde de Linhares (MMCL), localizado em São Cristóvão, na cidade do Rio de Janeiro. A sede da associação, na Rua das Marrecas, continuaria disponível para abrigar a direção e o restante do espaço seria liberado para locação, gerando recursos próprios.

Acompanhava essas notícias de perto e, por diversas vezes, procurei estabelecer contato com a direção da *Casa da FEB* na tentativa de apurar detalhes sobre as mudanças em curso. Porém, a associação permanecia com os telefones desligados e apenas dois cabos do Exército se encontravam na portaria fazendo a guarda do prédio. No museu (MMCL) também as informações sobre a possível transferência eram vagas e imprecisas. Concluí então que, por enquanto, poderia contar apenas com a documentação oficial resultante das negociações entre o DECEX e a *Casa da FEB*. Os documentos, disponíveis na página eletrônica do Centro de Comunicação Social do Exército e da própria associação, não deixavam dúvidas para mim de que o Exército acenava com a possibilidade de tornar-se o guardião desse acervo e os veteranos viam nessa alternativa uma maneira de garantir a perenidade de suas memórias.

Foi somente no dia da realização do seminário que, finalmente, tive a oportunidade de conversar com alguns dos veteranos associados à *Casa da FEB*⁶ que se misturavam ao público e aos pesquisadores e militares da ativa que foram prestigiar a abertura do evento. O que eu não imaginava é que aquela despreziosa conversa revelaria não apenas que a transferência do acervo não aconteceria como, também, que essa possibilidade nunca chegou a ser cogitada como uma solução por alguns dos associados. Sendo assim, como explicar as notícias e documentos que alardearam nos últimos meses a transferência e o fechamento da associação? O fato foi que as negociações foram realizadas pela antiga direção da *Casa da FEB* e, desde então, se constituíram em motivo de controvérsia e cisão entre os associados. Se para alguns deles a criação de uma nova sede da *Casa da FEB* no museu era a única alternativa para preservar o acervo, para outros a mudança implicaria uma descaracterização da associação como um lugar de memória fundamental na definição da identidade dos veteranos. O episódio culminou com a saída, em meados do mês de maio de 2009, dos membros da antiga direção.

As mudanças anunciam novos tempos para a *Casa da FEB*, no entanto, é cedo arriscar qualquer projeção quanto ao futuro da instituição. É provável que a morte dos últimos veteranos modifique, em alguma medida, o perfil da *Casa da FEB* trazendo repercussões nas disputas memoriais que ainda estão por vir, o que evidencia os graus de dinamismo e transformação que incidem, até hoje, sobre o campo das memórias da participação da FEB na II Guerra Mundial. Tais disputas podem, em determinados momentos, se manifestar de forma mais velada ou, até mesmo, nem se concretizar. Mas podem, também, adquirir uma visibilidade inegável como no episódio da transferência do acervo da *Casa da FEB* para o museu. Afinal, por que a despeito de todas as dificuldades que são reconhecidas, um grupo de associados resistiu em confiar suas memórias à guarda do Exército? A não realização do evento anunciado pela imprensa e

⁵ Disponível em <<http://www.exercito.gov.br/05notic/Informex/2009/esclar1.htm>>. Acesso em 16 jun 2009.

⁶ Entre os quais estavam presentes os tenentes Manoel Adão Floriano, então presidente da ANVFEB/RJ, Israel Rosenthal, presidente do Conselho Deliberativo da ANVFEB/RJ e o major Antônio André, diretor de patrimônio da ANVFEB/RJ.

documentado pelas instituições envolvidas é reveladora das tensões e nuances que coexistem nesse campo de memórias.

Nesse sentido, a polêmica sobre o destino da *Casa da FEB* constitui-se num episódio emblemático porque revela e, ao mesmo tempo, atualiza antigas disputas entre as versões memoriais consolidadas pelo Exército e pela *Casa da FEB*. Vale destacar que a origem dessas disputas remonta à própria origem da associação. Não cabe aqui me estender no processo de fundação da *Casa da FEB*, mas é importante registrar que as primeiras associações surgem no Brasil em outubro de 1945, ou seja, apenas três meses após o desembarque das tropas e a desmobilização da FEB. A *Casa da FEB*, assim como a maioria das associações deste tipo espalhadas pelo país, foi criada inicialmente pela necessidade dos ex-combatentes de rearticularem o grupo, para oferecer assistência social e jurídica, representar seus interesses junto às autoridades e preservar suas memórias. Assim, com o passar do tempo, a associação foi se configurando cada vez mais como um *lugar de sociabilidade* fundamental para a preservação da memória e identidade dos veteranos.

Os motivos que levaram o governo a promover a desmobilização envolvem desde questões políticas, como a ameaça que representava à continuidade do Estado Novo, até questões militares, que dizem respeito às dificuldades operacionais de incorporação do efetivo da FEB. Com o curso da guerra e o retorno das tropas, a manutenção da política interna ditatorial, inaugurada em 1937, ficava insustentável. O final da guerra trazia, para o governo, a certeza de que a redemocratização era inevitável e que o retorno da FEB ao país contribuiria para acelerar esse processo. A FEB passa a ser, então, uma espécie de presença indesejada para a ditadura varguista e também para o Exército, projetando lideranças, criando áreas de tensão interna, ou seja, conturbando a hierarquia militar em um momento evidentemente delicado politicamente. A desmobilização efetiva das tropas acabava, em parte, com estas questões. Mas, para além das razões que levaram à desmobilização, cabe chamar a atenção para a conduta do governo nesse episódio. A maneira como as tropas foram rapidamente desmobilizadas e os desdobramentos desse ato causaram profundos ressentimentos entre os veteranos.

Sem nenhuma dúvida, a guerra é uma experiência traumática que imprime uma forte carga negativa nas memórias daqueles que dela participaram. Nesse sentido, pode parecer “lugar comum” tratar de trauma nessas memórias. Porém, o trauma a que me refiro não é apenas aquele decorrente das experiências nos campos de batalhas, mas, especialmente, aqueles que foram vividos no pós-guerra. E, dentre estes, figura, com destaque, o episódio da desmobilização. Passada a euforia do desfile apoteótico após o desembarque das tropas da FEB no Brasil, os veteranos foram obrigados a enfrentar uma longa lista de decepções, que começou com a proibição do uso do uniforme da FEB e o descaso na entrega das medalhas e condecorações. Mas esses foram apenas os primeiros eventos que amargaram a vida dos veteranos nos anos do imediato pós-guerra. Após a desmobilização da FEB, apenas os oficiais puderam optar em permanecer nos quadros do Exército, aos soldados e cabos não foi oferecida essa possibilidade. Ainda profundamente abalados pela experiência da guerra, enfrentavam uma dupla rejeição: o Exército os tinha dispensado e a sociedade também não estava preparada para recebê-los. E, se

para os ex-combatentes civis esse período foi especialmente difícil porque, dentre outras coisas, não conseguiam emprego, sofriam com as sequelas da guerra e com o atendimento médico precário, para aqueles oficiais que optaram em seguir a carreira militar o pós-guerra não foi menos traumático. A hostilidade com que foram recebidos pelos militares não-febianos, a tentativa de desestimulá-los a permanecer no Exército, designando-os para unidades militares bastante distantes de suas casas, e as resistências que encontraram na progressão da carreira militar foram obstáculos que não favoreceram em nada sua readaptação. Desta forma, era fundamental rearticular o grupo e construir uma nova identidade, fundada em sua memória da guerra, que possibilitasse um tipo de reintegração à sociedade. É preciso levar em conta que, antes da guerra, a maioria deles desempenhava funções variadas, ligadas ou não ao universo militar, mas nem sequer cogitavam a possibilidade de se envolverem no episódio. Com a entrada das tropas brasileiras no conflito, tiveram que assumir uma nova identidade imposta pela situação de guerra: a de combatentes. Certamente isso não anulava suas experiências anteriores, mas influenciaria definitivamente a forma de encará-las. Após a experiência da guerra, precisam conjugar os elementos que compunham suas “identidades anteriores” para, assim, construir uma outra identidade conforme sua nova realidade de ex-combatente.

Sendo assim, a desmobilização é então o grande marco na trajetória dos ex-combatentes e na própria história das associações. É ele que faz a passagem entre a condição de combatente e ex-combatente; no caso, uma passagem traumática, como o fora a guerra. A partir desse marco, os ex-combatentes se depararam com dois grandes desafios: a rearticulação do grupo dispersado após o desembarque e a construção de sua nova identidade baseada no binômio combatente/ex-combatente. A criação da *Casa da FEB* se apresentava, assim, como uma solução que atenderia a um só tempo aos anseios emocionais – ao promover a integração social entre os ex-combatentes – mas também aos anseios materiais – providenciando, na medida do possível, empregos para os ex-combatentes civis, orientação jurídica ou atendimento médico e psiquiátrico para os companheiros necessitados – com a intenção de promover sua readaptação à sociedade, já que nem o Exército, nem o governo, se mobilizaram o suficiente para isto. Apesar de terem empreendido algumas tentativas como a Comissão de Readaptação dos Incapazes das Forças Armadas (CRIFA), criada em 1945 e fechada nos anos 70, e a Legião Brasileira de Assistência (LBA), criada em 1942, elas não foram eficazes na tarefa de readaptar os ex-combatentes (FERRAZ, 2003).

Desta forma, é possível concluir que as associações de ex-combatentes foram criadas, em parte, para suprir a ineficiência dos órgãos que deveriam promover essa reintegração. E que, portanto, a criação e manutenção da *Casa da FEB* foi fruto primordial do empenho e dedicação dos próprios veteranos. Muitos deles afirmam com orgulho que ela foi fundada por iniciativa do próprio grupo, sem interferência ou participação do Exército. Ainda que seja necessário relativizar essa afirmação, uma vez que parte do acervo que compõe o Museu do Expedicionário foi doada pelo Exército, que em outros momentos também prestou auxílio à *Casa da FEB*, não se pode desconsiderá-la. É fundamental avaliar o que essa “ajuda” representa efetivamente diante de um esforço coletivo de mais de 60 anos de dedicação dos ex-combatentes à *Casa da FEB*.



Também não se pode esquecer que em tantas outras situações as solicitações da associação não foram atendidas, especialmente durante a difícil fase de readaptação à sociedade, quando os ex-combatentes mais precisavam de auxílio. Talvez isso explique, em alguma medida, o fato de que nessa época as associações tinham um caráter mais combativo na busca por assegurar seus direitos e, com o passar do tempo, principalmente, após os benefícios previstos nas Constituições de 1967 e 1988⁷, esse confronto foi cedendo espaço para relações mais consensuais com o Estado e o Exército.

Apesar da direção da *Casa da FEB* manter relações amistosas com o Exército, elas não são isentas de tensões. Justamente por isso, ao afirmarem que o Exército não tem nenhuma ligação com a associação, os veteranos não estão querendo impor uma ruptura. Nem poderiam, uma vez que é no seu envolvimento com o Exército que, em grande parte, é construída sua identidade de ex-combatente. Isso é válido, em especial, para aqueles que se encontram reunidos na *Casa da FEB*, indicando a centralidade da experiência de guerra em suas trajetórias. Como podemos constatar na polêmica sobre o destino da *Casa da FEB*, essa tensão não se limita apenas às relações “mais objetivas” entre o Exército e a associação; ela se reproduz também no campo das memórias sobre a participação da FEB na II Guerra Mundial. A polêmica sobre a *Casa da FEB*, constitui-se assim num evento privilegiado para a análise desse campo, na medida em que revela, claramente, embora passados tantos anos, a tensão entre as versões memoriais consolidadas pelo Exército e pela *Casa da FEB*. Se por um lado, a transferência do acervo da *Casa da FEB* para o museu poderia garantir a sobrevivência da memória preservada pela associação, por outro lado, ela poderia, igualmente, ocasionar o seu silêncio. A transferência “física”, da guarda de memória é vivida como a morte do trabalho de construção da versão memorial em disputa com o Exército. Nesse sentido, para alguns veteranos, conferir ao Exército a condição de guardião da memória da *Casa da FEB* não é uma estratégia que garanta sua sobrevivência. Ainda que, tenha sido o Exército a única instituição que assumiu publicamente essa responsabilidade e que os veteranos tenham consciência de que rejeitar tal oferta pode representar o esquecimento da memória que lutam para preservar, eles escolhem resistir e buscar, por conta própria, outras estratégias. Mas, apesar dos esforços em sentido contrário, não se pode desconsiderar a possibilidade de que por fim, após a morte dos os últimos veteranos, reste mesmo ao Exército a tarefa de lembrar a memória construída pelos ex-combatentes. Afinal, quem senão o Exército vai comemorar a FEB? De certo que ao seu modo e, ao que tudo indica, em dissonância com a versão memorial que a *Casa da FEB* se empenhou em perpetuar ao longo de sua trajetória.

É notável como nessas relações sobrevive, ainda hoje, mesmo passados tantos anos, uma forte carga de ressentimentos que não foram totalmente superados. É nesse ponto que entram em ação as políticas de memória adotadas pelo Estado e pelo Exército que procuram de alguma forma pacificar essa memória traumática. Apesar de terem sido adotadas políticas de memória –

⁷ Dentre os quais podemos destacar: estabilidade no serviço público; aproveitamento no serviço público, sem a exigência de concurso, com estabilidade; aposentadoria com proventos integrais aos vinte e cinco anos de serviço efetivo, em qualquer regime jurídico; assistência médica, hospitalar e educacional, se carente de recursos; prioridade na aquisição da casa própria, para os que não a possuam ou para suas viúvas ou companheiras e em caso de morte, pensão à viúva ou companheira ou dependente.

através de uma extensa, ainda que tardia, legislação em benefício deles, das cerimônias em sua homenagem, do reconhecimento público de seu sofrimento e da construção de monumentos que comemoram a FEB – na tentativa de pacificar a memória dos traumas e construir um passado suportável, não podemos dizer que elas tenham sido suficientes. Nesse sentido, mesmo os projetos de justiça retrospectiva promovidos pelas políticas de memória não foram plenamente capazes de promover essa reconciliação; eles foram somente os primeiros passos nessa direção.

A rejeição da oferta do Exército de se responsabilizar pela preservação da memória da *Casa da FEB* – oferta que em si revela também uma política de memória – evidencia que esses esforços, ainda hoje, não tiveram um efeito apaziguador na memória dos veteranos. A polêmica sobre o destino da *Casa da FEB* atualiza antigas disputas e revela os limites impostos ao Estado e ao Exército na gestão desses traumas do passado. Assim, apesar da coexistência pacífica, não há evidências de reconciliação. Falta nesse acerto de contas, um elemento essencial para a reconciliação: o perdão.

É o perdão que permite a reconciliação com o passado difícil e ele só é possível quando realizamos um trabalho de memória que não silencia os traumas, mas que lembra deles sem cólera (RICOUER, 2007.). A *política justa de memória* opera nessa chave da memória e do perdão. Ela cumpre o dever de saldar a dívida que o Estado e a sociedade têm com as vítimas, fazendo-lhes justiça. O perdão anula a carga de culpabilidade presente na dívida, no entanto, não esquece o fato que a originou. Adotar uma *política justa de memória*, implicaria assim, em evocar, paralelamente, o esquecimento e a lembrança dos traumas através de um trabalho de memória que supera esse sofrimento para, enfim, consolidar uma memória em paz com o passado. No entanto, convém lembrar que o perdão não é uma imposição, mas um pedido que deve enfrentar a possibilidade da recusa. O pedido de perdão se constitui, então, como parte do processo de reconciliação. Para que ele se concretize em sua plenitude, é fundamental também, ser perdoado. Ao que tudo indica, no caso dos veteranos da FEB, esse processo ainda não se consolidou plenamente.

Bibliografia

FERRAZ, Francisco C. A. *A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da FEB (1945-2000)*. 2003. 1v. 395p. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

RIBEIRO, Patrícia da S. *As batalhas da memória: uma história da memória dos ex-combatentes brasileiros*. 1999. 1v. 217p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1999.

RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2007.